

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.283.636 - RS (2018/0095112-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **REGINALDO DE FREITAS SILVEIRA - MICROEMPRESA**
ADVOGADOS : **THIAGO VEDANA - RS059220**
 TAISE DA SILVA GOMES - RS070211
 DIJEAN PAULO MORESCO - RS096926
AGRAVADO : **GISLAINE APARECIDA GONCALVES DE SOUZA**
 SANTINI
AGRAVADO : **BERNARDETE ISABEL BRANCHINI**
ADVOGADO : **EDELMAR LEANDRO ZINKE - RS089545**
INTERES. : **REVENDEDORA PAULI-CAR VEICULOS**
INTERES. : **BANCO BRADESCO S/A**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. SÚMULA 356/STF. VÍCIO OCULTO RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por REGINALDO DE FREITAS SILVEIRA - MICROEMPRESA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

Apelações cíveis. Ação anulatória. Vício oculto em veículo automotor. Ilegitimidade passiva Ilegitimidade ativa. Dano moral. Dano material. Justifica-se a procedência do pedido de resolução contratual, com a restituição dos valores pagos no contrato, assim como dos danos materiais sofridos em decorrência da compra e venda de veículo automotor com vício oculto e de difícil constatação, que se manifestou após quinze dias de uso. A instituição financeira é parte ilegítima na pretensão porque é apenas fornecedora do crédito para efetivação do negócio e porque os defeitos do veículo opõem-se exclusivamente entre as partes que realizaram o

Superior Tribunal de Justiça

contrato de compra e venda. É parte legítima a pessoa que faz parte do contrato de compra e venda do veículo, ainda que alheia ao contrato de financiamento, para reclamar dos danos sofridos em decorrência do negócio. Reafirma-se a improcedência do dano moral porque o inadimplemento contratual não presume dano pessoal. Quanto aos danos materiais, correto o seu ressarcimento pelos valores individualizados e comprovados. Deram parcial provimento a apelação do banco e negaram provimento as demais apelações. (e-STJ, fl. 367)

No recurso especial, a parte recorrente alegou violação ao artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor e aos artigos 186 e 927 do Código Civil. Aduziu que eventuais problemas de ordem mecânica não se confundem com vício oculto, especificamente no caso de veículo com mais de onze anos de utilização. Sustentou a impossibilidade de manutenção da condenação por danos materiais, pois "não existem motivos que justifiquem a rescisão/nulidade do negócio, e desta forma não há o que se falar em devolução do bem entregue como forma de pagamento.

Contrarrazões não apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, no que concerne à violação ao artigo 18, do CDC, tem-se que ausente o prequestionamento da matéria, porquanto não apreciados pelo julgado recorrido, inviável o seu conhecimento nesta sede, nos termos da Súmula 356/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1.

Superior Tribunal de Justiça

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Tendo o acórdão impugnado concluído pelo afastamento da indenização por danos materiais e morais, da restituição em dobro da parcela referente ao prêmio e da litigância de má-fé da seguradora, amparado no acervo fático-probatório dos autos, a revisão do julgado de origem exigiria o revolvimento das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ.

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

*(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, Terceira Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 09/10/2015 - grifou-se)*

Ressalta-se, por oportuno, que "à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Ademais, ao solucionar a lide, verifica-se que a Câmara Julgadora levou em consideração as particularidades do caso concreto, que ensejaram, em

Superior Tribunal de Justiça

síntese, as seguintes conclusões:

Precisamente e na ordem: a) as demandadas apelam para a reforma da sentença no sentido de condenar os apelados ao pagamento de indenização de danos morais; b) o banco demandado apela para o reconhecimento da ilegitimidade ativa da autora Gislaíne, da ilegitimidade passiva da instituição financeira e alternativamente, em caso de reafirmação da sentença, a transferência da titularidade do veículo ao seu nome; c) a concessionária demandada apela para a improcedência da ação e para a reafirmação do negócio jurídico firmado entre as partes, alegando que os vícios do veículo são decorrentes do tempo de uso e que as demandantes assumiram o risco da compra e deixaram de agir com cautela. Essencialmente, em 26 de maio de 2014 as demandantes compraram da sociedade empresária Paulicar Multimarcas um veículo denominado Fiat Estilo, ano modelo 2003, placa GZS 1698 pelo valor de R\$ 21.000,00. A título de entrada, entregaram à revendedora um veículo Corsa, placa IFS 5147, no valor de R\$ 8.000,00, sendo que o valor restante, de R\$ 13.000,00, foi pago mediante financiamento bancário com o banco Bradesco. A compradora e demandante ajuizou a ação porque adquiriu um automóvel com onze anos de uso e que, após quinze dias da aquisição, apresentou diversos defeitos, entre eles em velas, cabo de velas, bomba de gasolina, filtro de óleo, tampa de válvula, bico injetor, elo de bloco, pivô, troca de óleo do motor, de acordo com recibos acostados nos autos (fls. 41-42, 105, e 163-165). O recibo de folha 42 se refere ao transporte do automóvel por guincho, porque restou impossibilitado o seu uso devido aos vícios. Os danos apresentados no veículo foram resolvidos pela revendedora Paulicar Multimarcas, conforme recibo de folha 105. No entanto, a avaria no parachoque do automóvel (fls. 48-49), foi causada no período em que o veículo estava sob responsabilidade do demandado para concerto. Daí o ajuizamento da ação, em que se pediu a anulação do negócio jurídico junto à concessionária e à financeira, com a restituição do valor pago a título de entrada e indenização por danos morais. De acordo com os recibos, é evidente que o automóvel apresentou vícios que foram solucionados pela revendedora. Como referiu o magistrado ao proferir a sentença: "Subsiste a controvérsia acerca da persistência dos problemas mecânicos, bem como da ocorrência de vício oculto ou mero desgaste natural pelo tempo de uso." A prova testemunhal produzida afirma as alegações da demandante quanto aos vícios ocultos apresentados pelo veículo, o

colocando em desuso. Em depoimento pessoal, a demandante Gislaine alega que, mesmo após o concerto, o veículo continuou apresentando defeitos. Evidencia-se a existência de vício oculto e de difícil constatação, porque mesmo se tratando de um automóvel com onze anos de uso, os defeitos manifestaram-se após quinze dias de uso, tornando-o inutilizável. É preciso compreender a lide que entrou para o processo muito bem caracterizada na sentença, que é mais ampla do que pode ser oponível entre as partes que se integram a pretensão e a defesa. A compra e venda do veículo automotor entre o alienante Paulicar Multimarcas e as adquirentes Bernardete Isabel Branchini e Gislaine Aparecida Gonçalves de Souza Santini caracteriza relação contratual distinta do financiamento do preço do veículo entre o banco Bradesco e a demandante Bernardete. A relação caracterizada no financiamento deve ser preservada, salvo má fé do banco para o caso de estar em conluio com o vendedor para prejudicar o comprador em relação ao defeito do veículo, cujo preço da aquisição foi objeto do financiamento. A situação atinente ao estado do veículo automotor e defeito inerente é oponível exclusivamente entre quem vendeu e quem comprou (não em relação a terceiro que financiou o preço da aquisição). Desfeita a compra e venda e preservado o financiamento, a compradora lesada pode ser reembolsada do que pagou ao banco financiador, mediante indenização a ser pega pelo vendedor, no âmbito da atual ação, se houve pedido, ou por meio de ação própria.

Quanto ao dano material, correto o seu ressarcimento nos termos da sentença:

Logo, a indenização pelos danos materiais compreende apenas os valores devidamente individualizados e comprovados nos autos, no caso, os recibos de fls. 41, 42 e 163/165. Todavia, resta excluído o valor do primeiro recibo da fl. 163, de R\$ 50,00, porquanto refere-se a automóvel diverso daquele objeto da lide. Os valores em questão deverão ser corrigidos pelo IGP-M desde o desembolso e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. (e-STJ, fls. 371/373 - grifou-se)

Conforme se observa, a questão foi solvida com base na prova testemunhal produzida.

A inversão desse entendimento, firmado na presença de vício oculto, conduziria à aplicação da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, pois é vedado o reexame de prova na via do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, "(...) se o tribunal a quo aplica mal, ou deixa de aplicar, norma legal atinente ao valor da prova, incorre em erro de direito, sujeito ao crivo do recurso especial; os fatos, todavia, que reconhece à vista da prova, constituem premissa, inalterável, no julgamento do recurso especial, porque nesta instância já não se reexamina a prova. Agravo regimental não provido." (REsp 871.538/SP; 2ª Turma; Relator Carlos Fernando Mathias, Juiz Convocado do TRF 1ª Região; REsp 1.566.231/PE, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 01-03-2016, DJe 07-03-2016; AgRg no AREsp 110.214/MS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 23-02-2016, DJe 29-02-2016).

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator